

**DIRETOR GERAL**

Amaury Antonio Meller Filho

**COORDENADOR DO CURSO DE DIREITO**

Dr. Fernando Rodrigues de Almeida

**DIRETORA ACADÊMICA / VICE-PRESIDENTE**

Prof<sup>a</sup>. Elza Korneiczuk Meller

**DIRETOR DE ENSINO**

Prof. Célio Raniero

**EDITORES**

Dr. Caio Henrique Lopes Ramiro  
Dr. Fernando Rodrigues de Almeida  
Ma. Taís Zanini de Sá

**CONSELHO EDITORIAL**

Me. Amaury Antonio Meller Filho (Faculdade Maringá-PR)  
Pós-Dra. Alexandra Maria Rodrigues Araujo (Centro de Investigação para a Justiça e Governação,  
Escola de Direito, Universidade do Minho (Portugal)  
Pós-Dr. Alvaro Azevedo Gonzaga (PUC/SP, Brasil)  
Dr. Elimar Szaniawski (UFPR, Brasil)

**ASSESSORIA TÉCNICA**

Rafael Caldini Raniero

**REVISOR**

Silvia Regina Emiliano Gonzaga

Actio Revista de Estudos Jurídicos / Faculdades Maringá. -- v. 1, n. 33, (Jan./Jul.. 2023).  
Maringá: Faculdade Maringá, 2023.

Semestral (2002 -)

Publicação desde 2002-2004, com volumes (v.1), a partir de 2005 passou a ser numérica  
iniciando-se no número 7 (n.7) e a partir de 2015, v.1, n.25 passou a ser versão eletrônica.

Editada em Maringá (2002 -).

ISSN: 2447-0384. versão on-line

1. Direito – Periódicos . I. Actio Revista de Estudos Jurídicos  
.II. Faculdades Maringá.

CDD 340

Esta revista não assume a responsabilidade das ideias emitidas nos diversos artigos, cabendo-as exclusivamente aos autores. / É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista desde que seja citada a fonte. A partir de janeiro de 2015 a revista passou a ser publicada unicamente em versão eletrônica.

Faculdade de Direito / Faculdade Maringá  
Avenida Prudente de Moraes, 815 – CEP 87.020-010 – Maringá – Paraná – Brasil  
Fone: +55(44)3027-1100 / Fax: +55(44)3027-1200 – Email:actiorevista@faculdadesmaringa.br  
Home Page: <http://www.actiorevista/index.php/Actio>

## SUMÁRIO / CONTENTS

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>A PENA DE MORTE À LUZ DAS TEORIAS RETRIBUTIVAS E PREVENTIVAS E DA TEORIA DOS SISTEMAS DE NIKLAS LUHMANN.....</b>	<b>4</b>
Bernardo Montalvão Varjão de Azevedo Flávia dos Santos Cabral	
<b>CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS: A SUBJETIVIDADE NA APLICAÇÃO DO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL NA DOSIMETRIA DA PENA.....</b>	<b>23</b>
Caroline Monteiro De Carvalho Alexandre da Costa Pereira	
<b>DISCUSSÕES SOBRE OS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL SOB A ÓTICA DO CPC DE 2015.....</b>	<b>59</b>
Adive Cardoso Ferreira Júnior João Gabriel Costa Souza	
<b>O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E O MOMENTO ADEQUADO PARA A CONFISSÃO DO ACUSADO.....</b>	<b>79</b>
Yasmim Zanuto Leopoldino	
<b>OS DIREITOS DO CONSUMIDOR NAS COMPRAS REALIZADAS ATRAVÉS DE AMBIENTES VIRTUAIS.....</b>	<b>98</b>
Diego Avelino Milhomens Nogueira Werley da Silva Vieira Júnior	
<b>VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: AMPAROS LEGAIS PARA A INTERCESSÃO.....</b>	<b>118</b>
Flávia de Sousa Vargas Jean Fabrício Dias Veríssimo	
<b>VISTO HUMANITÁRIO EM TEMPOS DE GUERRA.....</b>	<b>136</b>
Kelly Cristina Frasson Cláudia Regina Voroniuk	

## RESENHA CRÍTICA

<b>UM PROJETO PARA O BRASIL LIVRE: O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NOS ÚLTIMOS ANOS DE ESCRAVIDÃO.....</b>	<b>151</b>
NABUCO, Joaquim. <i>O abolicionismo</i> . Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, 212p. Raimilan Seneterri da S. Rodrigues	

## APRESENTAÇÃO

Caio Henrique Lopes Ramiro<sup>1</sup>

É com grande alegria que apresentamos mais um número de publicação da revista *Actio*, periódico ligado ao curso de Direito da Faculdade Maringá. Nesta edição contamos com interessantes trabalhos que percorrem os mais vários campos temáticos do Direito, desde uma abordagem acerca da pena de morte na perspectiva das teorias retributivas, preventivas e a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, texto algo ligado a filosofia social e do direito, bem como textos que examinam outros importantes institutos da dogmática penal, a saber, a subjetividade na dosimetria da pena e o acordo de não persecução penal.

Ainda, no presente número há interessante trabalho que examina a questão da violência contra pessoa idosa e seu amparo legal e, além disso, um artigo que propõe o exame dos critérios de aplicação do princípio da fungibilidade recursal no Código de Processo Civil de 2015.

Por fim, há contribuição para ajudar a melhor compreender nossa forma de vida em perspectiva internacional, pois vivemos um tempo de conflitos, o que implica em deslocamentos forçados, desse modo, há uma importante contribuição que aborda a questão da concessão de visto humanitário em tempos de guerra. Há também interessante resenha que aborda o ponto de partida para pensar seriamente o Brasil - conforme nos indica Roberto Schwarz em *As ideias fora do lugar* -, a saber, uma resenha crítica do clássico texto de Joaquim Nabuco *O abolicionismo*.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura!

---

<sup>1</sup> Professor no curso de Direito da Faculdade Maringá.